

## VI

# DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBAS DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM NOVO DESAFIO AOS GESTORES ESCOLARES

*Francisco Alves de Queiroz<sup>32</sup>*

## RESUMO

Este ensaio levanta o debate sobre a possibilidade de desenvolvimento local ao entorno das escolas públicas de Feira de Santana (BA) a partir da gestão escolar. Parte dos pressupostos que os diretores escolares, em sua maioria, não conseguem praticar uma gestão envolvida com a comunidade e não estão preparados para a administração financeira dos recursos disponibilizados pelo Estado. Foi uma observação etnográfica realizada junto às escolas combinado com levantamento de dados empíricos das bases do MEC e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

**Palavras-chave:** Gestão escolar; recursos financeiros; desenvolvimento local.

## ABSTRACT

This essay raises the debate about the possibility of developing the local environment of public schools in Feira de Santana (BA) from the school management. Part of the assumptions that school principals, most of them cannot perform a management involved with the community and are not prepared for the financial administration of the resources provided by the state. It was an ethnographic observation in the schools combined with a survey of empirical data bases and the MEC of Education Department of the State of Bahia.

**Keywords:** School management, financial resources, local development.

---

<sup>32</sup> Graduado em Economia pela UEFS, Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela FAAD e Mestrando em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da UNEB. Coordenador II SEC/IAT/ NTE – Feira de Santana-BA e Professor de Economia Brasileira da Faculdade Maria Milza (FAMAM). Contatos: [fqueiroz.nte@sec.ba.gov.br](mailto:fqueiroz.nte@sec.ba.gov.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, as escolas ganharam autonomia na gestão e aplicação de recursos. Algumas medidas de descentralização têm potencializado a gestão da educação pública a responder de forma mais ágil as problemáticas e aos fenômenos da vida escolar. A verba destinada à educação passou a seguir um roteiro menos burocrático, reduziu os riscos de desvios sendo depositada diretamente na conta da escola, para ser negociada em um modelo de gestão tripartite<sup>33</sup>, comunidade, professores e direção, direcionada as necessidades da escola. São verbas de custeio, capital, merenda escolar, projetos específicos e reformas.

Assim, os diretores escolares ganharam uma função de extrema importância, deixando de ser apenas administrador escolar e passaram a ter um papel de gestores financeiros e estratégicos de uma entidade. As escolas têm se constituído, também, em empreendimentos de interesses coletivos e locais, necessitando de profissionais com visão de futuro, com competências para criar e executar projetos financeiros e políticos, com condições de atender aos onze princípios da LDB, com foco ao XI, que coloca: “vincular a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” na construção de uma sociedade mais desenvolvida. Supõe-se, então, que para tal fim, necessite-se de um profissional capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local.

Em 2009, para educação na Bahia foram transferidos, segundo o portal da transparência do Governo Federal, 532 milhões de reais do governo federal, sendo 36 milhões destinados às escolas do ensino médio. O governo do estado investiu mais outros 30 milhões de reais nas escolas estaduais da Bahia. E não parou por aí, ainda em 2009, milhares de equipamentos tecnológicos, acesso a internet, construção de laboratórios de informática do PROINFO<sup>34</sup> e outros 40 milhões de reais em 22 mil Monitores Educacionais<sup>35</sup>, distribuídos para toda a rede estadual. Estes recursos dão

---

<sup>33</sup> Modelo de gestão implantado no Brasil a partir do 1990, quando o Ministério do Trabalho criou o CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador onde as decisões são tomadas por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo.

<sup>34</sup> PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação, do Ministério da Educação que objetiva introduzir o uso das Novas Tecnologias na rede pública de educação.

<sup>35</sup> O Monitor Educacional possibilita a exibição de arquivos digitalizados de áudio, imagem e vídeo diretamente de uma mídia de armazenamento.

as gestões escolares mais autonomia e a capacidade de prover o desenvolvimento educacional e econômico de sua localidade.

A educação é um indicador de qualidade de vida. As unidades escolares ganharam muita força com a descentralização dos recursos para educação. Este poder de agente local de transformação da realidade a qual está inserida, veio junto com a exigência de novas habilidades e competências, quando o gestor necessita desenvolver comportamento empreendedor, capacidade de negociação e de resolução de conflitos, para lidar com a dinâmica dos projetos que envolvem a escola, promovendo o desenvolvimento da educação e da comunidade local.

Este texto é fruto da atividade profissional do autor, como coordenador do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), órgão que presta apoio pedagógico de qualificação em novas tecnologias e gestão as escolas pesquisadas, quando foi verificado que a maioria delas tem problemas de recebimento das verbas e/ou dificuldades na execução de projetos, gerando pendências e debilidades no processo educativo. Isto instigou o autor a debater o papel dos gestores escolares na possibilidade de desenvolvimento local a partir das verbas destinadas às escolas públicas.

A escolha da Região Portal do Sertão para população alvo a ser analisada foi por ser jurisprudência de trabalho do autor. O tema escolhido se confunde com seu exercício profissional, economista e gestor do NTE, que lida diariamente com as realidades e dificuldades das escolas. Ao visualizar os recursos e os contextos político-sociais dentro e fora das escolas percebe-se existir uma oportunidade que a escola pode otimizar seus recursos e instrumentos, oferecendo à comunidade a produção de um conhecimento transformador e uma renda propulsora no mercado local.

Sobre qualificação dos Gestores já existem abordagens da Secretaria da Educação (SEC), do Ministério da Educação (MEC) e de outros autores sobre o assunto. Há uma diversidade de estudos e projetos, entre eles, projetos de qualificação dos gestores do MEC, dos Secretários de Educação (PRADIME), sendo que na Bahia os principais são Escola de Gestores<sup>36</sup> e PROGESTÃO<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Escola de Gestores – Programa do MEC em parceria com as Secretarias de Educação que tem por objetivo formar gestores escolares das escolas públicas da Educação Básica em cursos de especialização e de atualização em Gestão Escolar, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social.

<sup>37</sup> Progestão – programa da SEC de capacitação a distância dos gestores escolares e coordenadores. Tem como objetivo promover a formação continuada e como finalidade a democratização da gestão escolar, à melhoria do ensino público e a integração com a comunidade.

Os questionamentos a serem debatidos são: os atuais gestores escolares possuem o perfil administrativo para responder a estes novos desafios enfrentados pela escola? Quais as possibilidades de desenvolvimento local e da própria educação com estes recursos? Essas questões ganham dimensões complexas, um dilema do ensino público brasileiro, sendo necessário um estudo sobre realidades próximas e mensuráveis. A análise ocorreu em visitas e observações as 165 escolas do território de identidade Portal do Sertão, que compreende 22 municípios, mais de 1 milhão de habitantes e tem Feira de Santana (BA) como cidade polo, concentradora de serviços, recursos, renda e oportunidades.

## 2 DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA GESTÃO ESCOLAR

Falar de desenvolvimento local é entrar em grande e virulenta discussão conceitual. Os economistas liberais latino-americanos como o peruano Soto<sup>38</sup> e o brasileiro Delfim Neto<sup>39</sup>, mentores da economia sul-americana nas décadas de 70 e 80, via o desenvolvimento como fruto da industrialização e do crescimento econômico. Os tipos de desenvolvimento tratado pelos autores heterodoxos ultrapassam o conceito liberal, mas trazem uma avalanche de definições: desenvolvimento para liberdade de Amartya Sen<sup>40</sup>; desenvolvimento socioeconômico de Furtado<sup>41</sup> e Pochmann<sup>42</sup>; desenvolvimento solidário de Singer<sup>43</sup> e desenvolvimento sustentável dos ambientalistas. Essas variações são as mais evidentes, contudo o conceito de desenvolvimento não se esgota, no entanto, seja global, nacional ou local o desenvolvimento tem fases, e a geração de emprego e renda é a principal etapa, que tem efeitos condicionantes nas melhorias sociais e culturais. Não vai ser tratado aqui questões utópicas e nem ambientais, está análise ancorar-se Teoria Keynesiana, Keynes (1986), onde o efeito impulsionador da renda atua como multiplicador do

---

<sup>38</sup> Economista peruano considerado pela Revista Times umas das 5 pessoas mais inteligentes do mundo, assessor de diversos presidentes no mundo, entre eles os americanos Reagan, Clinton, Bush e o russo Vladimir Putin.

<sup>39</sup> Economista, professor emérito da USP, ministro da fazenda dos governos militares, comandou a economia brasileira por 20 anos.

<sup>40</sup> Economista indiano, prêmio Nobel em Economia, criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), escritor do livro "Desenvolvimento como Liberdade".

<sup>41</sup> Celso Furtado, celebre economista brasileiro, primeiro-Ministro de Planejamento do Brasil, maior pesquisador de desenvolvimento econômico brasileiro, criador da SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).

<sup>42</sup> Economista professor da UNICAMP, diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)

<sup>43</sup> Economista professor da USP, Secretário Nacional da Economia Solidária.

emprego e da qualidade de vida, e em Tapia (2005) que sobre desenvolvimento local para ser efetivo deve ter políticas dirigidas por autores locais e participação comunitária.

A gestão escolar nas escolas públicas estaduais é a aplicação de políticas públicas, diz respeito a prática política. Esta análise parte do pressuposto conceitual de Francis Wolf<sup>44</sup>, Jaques Ranciere<sup>45</sup> e Chico de Oliveira<sup>46</sup>, onde a política precisa primeiro do comunitário, e enxerga os diretores como autores locais responsáveis por células gestoras de recursos de políticas públicas que podem contribuir para a melhoria da educação e do desenvolvimento local. Este desenvolvimento poderá ocorrer à medida que os recursos passem a circular na comunidade, propiciando um efeito multiplicador da renda, do produto e do emprego. É possível assim promover o desenvolvimento local através da otimização da aplicação das verbas destinadas às escolas.

Para fundamentação legal dos pressupostos volta-se a Constituição Federal de 1988, artigo 213, que coloca sobre os recursos públicos da educação, os quais serão destinados diretamente às escolas, e a LDB, que estabelece, entre diversas outras responsabilidades, que as unidades de ensino terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Diversos recursos financeiros e equipamentos estão à disposição das comunidades escolares, mas foi observado junto à coordenação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) da Secretaria de Educação, que diversas escolas não estão recebendo as verbas do projeto, simplesmente por terem dificuldades no preenchimento<sup>47</sup> dos formulários eletrônicos. Foi constatado que diversos laboratórios de informática encaminhados pelo MEC estão fechados, por não se ter conhecimento na escola dos procedimentos necessários a adaptação da infraestrutura e à aquisição de condicionadores de ar e mobiliários, que são recursos já disponíveis na Secretaria Estadual de Educação (SEC), necessitando apenas de 3 orçamentos de empresas cadastradas na Secretaria de Planejamento do Estado. Os laboratórios de informática

<sup>44</sup> Filósofo contemporâneo, professor Doutor da Universidade de Paris 10.

<sup>45</sup> Filósofo contemporâneo, professor Doutor da Universidade de Paris.

<sup>46</sup> Sociólogo, orientador de doutorado, professor emérito da USP.

<sup>47</sup> O projeto PDE já vem pronto do Ministério da Educação, sendo necessário apenas a escola preencher um formulário eletrônico no seu site que a verba é disponibilizada.

são destinados pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do MEC, e há uma parceria entre os entes federativos, onde o Governo Federal entra com os equipamentos: computadores, impressoras, modems, projetores e acesso à Internet e o Estado/município dá a sua contraparte com a adaptação/construção física do laboratório e a qualificação dos professores.

A administração escolar das escolas estaduais tem diversos instrumentos à disposição, uma importante ferramenta de gestão está no sítio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, um ambiente interno para uso das escolas, caracterizado como rede governo - o intranet: <http://intranet.sec.ba.gov.br/>, onde estão localizados diversos sistemas de gestão, procedimentos e rotinas administrativas, manual de identidade visual, e-mail corporativo, banco de dados, cursos, universidade corporativa, bibliotecas virtuais e diversos outros recursos. Infelizmente, a realidade constatada em levantamento de campo é que a maioria das escolas, 70% delas, não usam e o pior não sabe que existem estas ferramentas.

Os recursos financeiros que as escolas recebem são parcelas de verbas oriundas de políticas públicas do FAED<sup>48</sup> e do Caixa Escolar<sup>49</sup>, essas verbas são trimestrais, muitas vezes chegam em atraso, mas chegam. A disponibilidade dos recursos depende do papel prospectivo e ativo da escola na busca, uso e prestação de conta, mas, a realidade é frustrante, o constatado por entrevistas aos diretores na região é que:

- a) Há verbas disponíveis e que não são aplicadas;
- b) Há uma gama de diretores que não sabem como gastar;
- c) Outros gestores não sabem como prestar contas nos critérios da legislação estadual;
- d) Diversos diretores não têm a percepção do efeito positivo destas verbas na comunidade local; e
- e) A maioria das escolas não tem interligação com a comunidade, não têm associação de pais e mestres e não têm associações estudantis.

---

<sup>48</sup> FAED – Fundo de Assistência a Educação, verba trimestral destinada a custeio e manutenção às escolas estaduais pela Secretária de Educação.

<sup>49</sup> Unidades executoras para receber recursos é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, que tem como objetivo gerir a verbas transferidas do MEC, da SEC e de outras instituições.

Um passo importante que certamente vai melhorar esses pontos foi dado pelo Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, em 18 de setembro de 2008, assinando o Decreto de Lei 11.218, que determinou eleição direta para os diretores e vice-diretores de todas as escolas do Estado. Dos critérios estabelecidos pela Lei alguns agradaram muito: o primeiro foi que para concorrer à eleição os candidatos teriam que ser aprovados em um curso de Gestão Escolar promovido pela secretaria de educação; teriam que ter um plano de gestão desenvolvido aprovado pela instituição promotora do Curso e o terceiro, que a eleição deveria ter uma participação mínima representativa de 30% dos alunos, 50% dos professores, 50% dos servidores e 30% dos pais de alunos. Ou seja, este foi o primeiro passo em direção a promover um estreitamento das relações entre a comunidade e a escola, inserindo os pais no processo eletivo.

As eleições ocorreram em novembro de 2008 e um fato negativo foi que 20% das escolas não conseguiram a participação mínima de votação de 30% dos pais de alunos o que provocou a anulação da eleição e outras 20% nem se quer tiveram candidatos qualificados a eleição (SEC, 2009). Assim os diretores dessas escolas ficaram para serem indicados pelo Secretário de Educação. Estes números evidenciam a desconexão entre escola e comunidade e a falta de gestores “qualificados” a exercer a direção escolar.

Constitui-se um ponto inicial e fundamental do debate a compreensão do que as legislações, estadual e federal, expõem especificamente sobre a competência dos diretores escolares. Acredita-se que para ajudar na formação dos gestores na Bahia seja necessário pesquisar os conteúdos dos projetos dos programas de qualificação de gestão escolar; pesquisar as propostas do Ministério da Educação; e quebrar paradigmas e analisar estudos sobre o comportamento empreendedor na educação.

Há uma resistência dos pesquisadores em Educação e dos cientistas sociais quanto ao enfoque empreendedor, realmente, este conceito precisa ser trabalhado com um pouco de cuidado, sem esquecer suas bases constitutivas. O empreendedorismo é um conceito liberal, pós-moderno, que em síntese retira a responsabilidade do Estado sobre as questões sociais e a joga sobre o indivíduo, e o pior ainda, propaga a ideia falsa de que o sujeito isolado, independente das relações do meio, apenas com a força de vontade consegue produzir resultados e superar as dificuldades sistêmicas. O empreendedorismo camufla as perversidades do sistema capitalista e produz agentes egoístas e antissociais. Não se pode ser inocente, não dá para todos serem

empreendedores, pois vai faltar quem seja explorado. Entretanto não é tudo sobre conduta empreendedora que é ruim. A capacidade de executar projetos, buscar oportunidades e gestar conflitos são qualidades técnicas que se pode buscar de maneira eficiente nos manuais de empreendedorismo e gestão estratégica.

Compreender o que deve e pode fazer os gestores escolares, conhecer os recursos, os procedimentos, analisar os novos instrumentos e comportamentos de gestão propostos pela escola de administração, pelos estudiosos da gestão escolar e pelo MEC, são mecanismos indispensáveis aos educadores, que então terão que manusear recursos financeiros, humanos e materiais.

### 3 GESTOR ESCOLAR E O DESEMPENHO FINANCEIRO

O gestor precisa incorporar o empreendedorismo e as novas práticas de gestão pois, a situação administrativa impulsionada pela descentralização de recursos exige das escolas capacidade de criar e executar projetos. A ideia de projeto envolve a antecipação de algo desejável que ainda não foi realizado. O processo projetar implica analisar o presente como fonte de possibilidades futuras. A palavra projeto deriva do latim *projectus*, algo lançado para frente, é algo inseparável da ação. “O ato de projetar requer abertura para o desconhecido, para o não-determinado e flexibilidade para reformular as metas à medida que as ações projetadas evidenciam novos problemas e fenômenos.” (PRADO, 2008, p. 189). Mas o ambiente escolar não se resume aos muros da escola, urge a necessidade da compreensão que os projetos escolares são para a comunidade e precisam ser sustentáveis.

Em combinação dos pensamentos de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, antes de ser presidente<sup>50</sup>, e Antonio Barros de Castro, sobre projetos econômicos e sociais, crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, pode-se dizer que um projeto sustentável deriva de um programa de desenvolvimento e este, de um efetivo crescimento econômico. Crescimento econômico é a produção e acumulação de riquezas de uma localidade ou País, que, devido ao modelo capitalista concentrador pode acontecer o crescimento sem o desenvolvimento econômico. Para existir o desenvolvimento, necessariamente, tem que haver criação e circulação de riquezas,

---

<sup>50</sup> Fernando Henrique Cardoso quando Presidente do Brasil (1994 - 2002) renegou os livros que escreveu sobre desenvolvimento econômico brasileiro.

equidade social, envolvimento comunitário e qualidade de vida. Sustentabilidade envolve todos os aspectos do desenvolvimento econômico e respeito ao meio ambiente, ao meio cultural, com capacidade de autogestão e sobrevivência – efetividade. Estratégico e efetivo é o projeto sustentável, que sob modelo de gestão, perdura ao longo dos tempos, resistindo aos fenômenos sociais e as dificuldades econômicas. Segundo Frey (2003, p.165) deve-se propor uma investigação de possibilidades de um desenvolvimento local, sustentável através do fortalecimento do capital social, ou seja, uma oportunidade de desenvolvimento das comunidades onde as escolas estão inseridas também passa pelas capacitações dos gestores dos recursos escolares.

Os gestores escolares devem ser capacitados com um olhar mais holístico e com uma cultura de desenvolvimento local, ligado à comunidade. Os projetos de formação continuada PROGESTÃO e Escola de Gestores executados pela Secretaria de Educação, devem ser considerados e observados na construção do debate acerca da qualificação dos diretores escolares, pois já oferecem importantes contribuições para gestão da educação pública, mas por uma observação direta, realizada com os diretores escolares foi percebido, que a maioria não participam destes cursos, e os motivos alegados foram a falta de tempo e a rotina de trabalho dependente da Secretaria de Educação. Os motivos expostos são fatos irrefutáveis, mas em uma outra observação mais atenta também foi percebido, em diversas escolas, gestões centralizadoras e patrimonialistas, fechadas, que não permitiam aos diretores espaços para a aprendizagem e a abertura para a comunidade no planejamento da execução dos recursos financeiros.

Em acordo com Martins, (2002) o planejamento deve ser pensando em caráter mais social, considerando o homem como agente e beneficiário, uma visão ecológica que requer uma revisão de postura e questionamento de crenças e convicções. É necessário que os autores locais aproveitem os recursos oriundos das políticas públicas com projetos que visem a sustentabilidade. É necessário que os gestores façam uso das ferramentas de gestão, que se conscientizem que mudanças são necessárias, precisam ser gerenciadas e assumam o papel de verdadeiros líderes do processo de transformação da escola e da comunidade local. Chaves (2006, p. 23-24).

A liderança vem do ato de saber dialogar com a comunidade e promover o diálogo entre os seus vários componentes, vem do desejo contínuo de aprender, seja com os alunos, professores, funcionários ou pais, de qualquer idade ou

vivência, com qualquer escolaridade. A gestão dialética promove valores humanos, potencializa os recursos, supera e resolve conflitos com a busca de objetivos comuns, Garcia (2006, p. 35). E, em mesmo sentido e direção há Tapia com um estudo da experiência dos pactos territoriais na Itália, onde traz a necessidade de uma estrutura de gestão local e o envolvimento coletivo:

A reprodução e a transformação dos sistemas locais de inovação e dos modelos de desenvolvimento *local*, no atual quadro de transformações econômicas globais, dependeriam das modalidades de regulação social e de estruturas de governança *locais*. Essas estruturas de governança seriam resultantes da ação coletiva de um sistema de atores – públicos e privados – que interagem dentro de um contexto espacial, institucional, político e cultural específico. (TAPIA, 2005, p.132)

Tapia traz o termo *governança* no sentido de gestão coletiva, este termo, segundo o Banco Mundial, é para atender as transformações ocasionadas pela descentralização no contexto gerado pela reforma nas políticas públicas educacionais, e perpassa pela reforma da administração e organização dos serviços na escola. Borges (2003. p. 130).

É necessário que os diretores se relacionem com a comunidade, veja suas potencialidades e compartilhe o uso de seus recursos e melhor, gaste esses recursos na comunidade. Acredita-se que os gestores escolares (diretores, secretários, professores, comunidade e alunos) podem fomentar que as empresas e arranjos produtivos locais atendam às necessidades de compras da escola, seja através de cooperativas, ou estimulando o cadastro dos empreendimentos locais nos sistemas do Estado, COMPRASNET.BA<sup>51</sup> e SIMPAS<sup>52</sup>. Um detalhe importante é que já existem estímulos às microempresas, a Lei complementar Federal de nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como existe a dispensa de cotações e licitações para cooperativas de pequenos produtores, a exemplo da merenda escolar. Podemos então pensar em dispensa de licitações e cotações para cooperativas de pedreiros, capinadores, pintores e mercadinhos locais, associações fomentadas pela escola, formada por pais de alunos. A escola ajuda a comunidade a formar as cooperativas e

<sup>51</sup> [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br). Canal de compras do estado da Bahia, faz compras, licitações e tomadas públicas de preços. Objetiva cadastro de fornecedores, produtos e preços e fornece todo apoio quanto a cadastro e documentação.

<sup>52</sup> Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (SIMPAS), sistema que padroniza os procedimentos de compras realizadas pela Administração Pública Estadual.

estas prestam serviços e fornecem produtos às escolas. São os recursos públicos efetivamente gerando emprego e renda na comunidade local.

Mas infelizmente o que se vê é toda rede estadual fazendo cotações de produtos em empresas registradas no cadastro da Secretaria de Administração do Estado, em grandes empreiteiras e construtoras e gastando muito mais do que deveria para fazer pequenas compras e pequenas reformas, e ainda transferindo uma renda que poderia ser na comunidade local para os grandes centros urbanos a exemplo de Salvador. Este estudo a propõe criar ações que envolvam e capacitem as escolas nas novas perspectivas de gestão de políticas públicas e foque o emprego dos recursos na própria comunidade impulsionando o desenvolvimento local.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio é produto de um estudo em andamento, contudo, acredita-se com bases na experiência e vivências observadas nas 165 escolas estaduais do Portal do Sertão e nos estudos de dados destas na SEC e no SIGETEC<sup>53</sup>, que a eleição direta<sup>54</sup> para diretor foi um passo firme em direção à autonomia das gestões, apesar de após a isto, os diretores ainda estarem muito dependentes das iniciativas da Secretaria da Educação. A escola tem forte autonomia pedagógica e administrativa, e autonomia financeira para buscar e receber recursos. Claro que como toda administração pública o processo de autonomia é limitado pela legislação, o que é mais um reforço na oportunidade de envolver a comunidade interna e externa na construção de um ambiente escolar produtivo educacionalmente e impulsionador do desenvolvimento econômico local.

Em atenção a primeira pergunta norteadora deste texto, se os atuais gestores escolares possuem perfil administrativo para responder a estes novos desafios enfrentados pela escola a partir da descentralização dos recursos destinados a educação. Na sua grande maioria não. Não sabem gestar bem os recursos, não sabem buscar recursos e não compartilham as decisões com a comunidade escolar. Das 165

<sup>53</sup> Sistema de Gestão da Base de Dados Tecnológicas do MEC, onde está disponibilizados todos os programas governamentais do governo federal referente à educação tecnológica.

<sup>54</sup> Em dezembro de 2008, houve eleição direta para diretores escolares da rede estadual em toda Bahia, quando cerca de 60-70% das escolas escolheram seus diretores, votaram alunos, professores e pais de alunos. As escolas que não elegeram seus diretores o cargo ficou a escolha do Secretário de Educação.

escolas pesquisadas entre 2009 e 2010 apenas uma recebeu investimento por um projeto de pesquisa, e nenhuma recebeu recursos de instituições não governamentais; nenhuma realiza compras em cooperativas ou na comunidade; e associações de pais e mestres só foram encontradas em apenas 10% das escolas. Há alguns casos de sucesso, escolas praticando educação com qualidade e envolvimento dos alunos, mas não por um projeto político comunitário e sim por superação e dedicação exclusiva dos diretores, em uma gestão personalista. Assim este texto considera que as escolas da rede estadual de educação da Região de Feira de Santana não impulsionam o desenvolvimento local.

Por fim respondendo sobre quais as possibilidades de desenvolvimento local e da própria educação a partir dos recursos escolares, há diversas alternativas, além do gasto local dos recursos repassados pelo Estado, o que já geraria um impulso no comércio local, a escola pode buscar recursos via editais da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), buscar associações com Universidades e ver também editais do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), são editais permanentes, que ficam abertos o ano inteiro. Outras oportunidades são vias de empresas que investem em responsabilidade social como Banco do Brasil, Petrobras, Instituto Aliança, HSBC – Empreendedores do Brasil, e tantas outras. Um relatório do MEC em 2009 constatou que bilhões de reais são disponibilizados pelo governo e empresas a projetos socioeducacionais e as escolas não usam. Mas qualquer que seja o projeto a se elaborar, só vai ser aceito e ter êxito com o envolvimento da comunidade. Além de validar projetos sociais, a comunidade cuida da escola, evita assaltos e depredação, pinta, reforma, e através de uma associação de pais cria corpo jurídico para busca recursos junto a parcerias empresariais e oferecer bens e serviços à comunidade, gerando emprego e renda.

Um exemplo de sucesso em captação de recursos foi a Escola Técnica Áureo de Oliveira Filho, em Feira de Santana, que conseguiu desenvolver um projeto via associação de pais, no ano de 2000, e recebeu 2 Milhões de dólares do Banco Mundial, reformou toda escola, construiu laboratórios, oficinas e se transformou em Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB), hoje têm autogestão e parceria com mais de 130 empresas e diversas prefeituras do Estado.

O CETEB foi um caso de sucesso em captação de recursos, levanta-se a hipótese que pode ser melhor, é possível construir projeto político dentro das escolas públicas estaduais e transformar a educação e impulsionar o comércio

local. Primeiro em um embate político sobre a escola que a comunidade quer, a partir daí, da proposta coletiva, local e social construir uma gestão participativa e aberta e por fim de forma pedagógica, preparar o comércio e os prestadores de serviço locais para atender as demandas da escola.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. Decreto Nº. 6.437 de 23 de maio de 1997. Dispõe sobre a instituição, competência e composição da Caixa Escolar e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, 23.05.1997.
- BAHIA. Portaria 5549 de 31 de março de 2005 - referente aos repasses de recursos do FAED. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 31.03.1997.
- BORGES, André. Governança e Política Educacional – a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, V. 18, N. 52, 2003. p. 130.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 05.10.1988.
- BRASIL. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10.01.2001.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23. dez.1996.
- BURTET, Douglas. **A Natureza do Poder - Como atuam os líderes servidores**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2006.
- CASTRO, A.B. e SOUZA, F.E.P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N. 21, p.147-163, nov. 2003.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DOURADO, Luiz Fernandes (coordenador); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP, 2007.
- FEIJÓ, Paulo Henrique, **Administração Financeira e Orçamentária – Ministério do Planejamento**. Brasília, 2006.
- FILHO, Nelson Casarotto. **Projeto de Negócio – Estratégias e Estudos de Viabilidade**. 1.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- FREY, Klaus. Desenvolvimento Local Sustentável na Sociedade em Rede. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N. 21, p. 165 -185. nov. 2003.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. 3º edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro 2000.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Estado, Sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos – velhos problemas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração**. Porto Alegre, V. 13, N. 1, p. 7-18, Jan./Jun. 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Avaliação da Descentralização dos Recursos do FNDE e da Merenda Escolar**. Brasília: MEC, 1998.

KEYNES, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, Os Economistas. Nova Cultural – São Paulo, 1988.

KOTLER, Philip; KELLER, Keven Lane. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil Ltda. 2007.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. V.3, N. 5, Set. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Escola de Gestores da educação Básica**.

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=articleid=12337&Itemid=693](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=articleid=12337&Itemid=693)>. Acessado em: 01 out. 2009.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial. 2008.

RANCIERE, Jacques. **O Desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. P.277-376.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Progestão**.

Disponível em <<http://www.sec.ba.gov.br/progestao/progestao.htm>>. Acessado em 10 out. 2009.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Marcas de um caminho: uma análise da construção da gestão democrática da escola em Minas Gerais 1991-2006**.

Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/258.pdf>>. Acessado em 05 out. 2009.

SOTO, H DE. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987. p.189-336.

TÁPIA, Jorge Rubia Biton. Desenvolvimento Local Concertação Social e Governança – a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. V 19. n.1, p. 132-139. 2005.

WOLF, Francis. A invenção da política. In. NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 23-54.